

A metamorfose das classes sociais no capitalismo contemporâneo: algumas reflexões*

The metamorphosis of social classes in contemporary capitalism: reflections

Grça Druck**

Resumo – Na primeira parte do artigo se apresentam algumas reflexões sobre a gênese das classes sociais no capitalismo, a partir de formulações em obras selecionadas de Marx e Engels, ressaltando a historicidade das classes em suas configurações em diferentes conjunturas, bem como a compreensão de classe como relação social. Na segunda parte, discutem-se criticamente algumas análises sobre classes ou sobre a classe trabalhadora em particular, no atual contexto da acumulação flexível, globalização e hegemonia das finanças e do neoliberalismo, buscando indicar alguns elementos para se compreender as metamorfoses das classes sociais hoje, dialogando com autores estrangeiros e brasileiros acerca da relação entre classe e “precarizado”.

Palavras-chave: classes sociais; metamorfoses; capitalismo contemporâneo.

Abstract – The first part of this article presents some reflections on the genesis of social classes in capitalism, based on formulations of selected works of Marx and Engels, highlighting the historicity of classes in their different configurations and the understanding of class as a social relation. In the second part, we critically discuss some analyses of class or specifically of the working class in the current context of flexible accumulation, globalization, and the hegemony of finance and neoliberalism, trying to indicate some elements to understand the metamorphoses of social classes today. We carry out this analysis debating with foreign and Brazilian authors over the link between class and the “precariat.”

Keywords: social classes; metamorphoses; contemporary capitalism.

*Na primeira parte deste artigo, é reproduzida, de forma resumida, uma análise que se encontra no capítulo de minha autoria, *Classes sociais ontem e hoje: algumas reflexões*, publicado no livro *Classes e Lutas de Classes – novos questionamentos*. Agradeço ao apoio do CNPq, que incentivou nosso projeto de pesquisa por meio da Bolsa Produtividade, a partir da qual pudemos elaborar a análise apresentada neste artigo.

** Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Professora titular da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), do PPGCS/UFBA, pesquisadora do CNPq e do CRH – Centro de Pesquisas e Humanidades/UFBA. *Correspondência:* Rua Emilio Odebrecht, 254, ap. 1501, Pituba – Salvador – BA. CEP:41830-300. Email: <ddruck@gmail.com>.

Introdução

Uma das contribuições centrais do legado de Karl Marx é a formulação sobre classes sociais, tema que foi e é objeto de distintas concepções no campo marxista, grande parte delas motivada por uma compreensão de que Marx não havia elaborado uma obra específica que sistematizasse o conceito de classes sociais, sendo necessário preencher esta lacuna.¹

Este artigo tem um duplo objetivo: primeiro, enunciar algumas reflexões acerca das classes sociais a partir das formulações de Marx e Engels, partindo da compreensão de que há uma teoria das classes em suas obras e que a suposta “lacuna” é parte da metodologia dos autores. Ou seja, embora tenha se desenvolvido um rico debate teórico-conceitual, assim como as proposições de identificar as classes no campo empírico por estudiosos marxistas, considero que o caráter controverso deste debate reflete a natureza mesma do fenômeno das classes em sua historicidade, como um processo num devir permanente que encarna a dialética como imanente à sua existência e constituição. Mais do que afirmar e conceituar classes sociais, é preciso reconhecer a historicidade das classes e analisar como se expressa nas diferentes conjunturas históricas. O segundo objetivo é problematizar algumas análises sobre as classes ou sobre a classe trabalhadora em particular, no atual contexto da acumulação flexível, da globalização e da hegemonia neoliberal, buscando indicar alguns elementos para se compreender as novas configurações das classes sociais hoje.

Na primeira parte do artigo, apresento uma síntese panorâmica de algumas formulações de Marx e Engels (2007) em obras como *Ideologia alemã* e, com destaque, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de F. Engels (2008). Na segunda parte, faço referência ao debate mais recente sobre as formulações relativas à “nova morfologia da classe trabalhadora” e ao surgimento de um novo segmento de classe ou de uma nova classe, o chamado “preariado”.

Por último, enuncio alguns pontos de conexão entre as formulações de Marx e Engels e o debate recente – que toma como cenário histórico o capitalismo flexível, globalizado e em crise –, a fim de indicar um conjunto de questões ainda abertas à discussão que deve estimular novos estudos e reflexões.

Classes sociais em Marx e Engels

Em linhas gerais, pode-se afirmar que há dois grandes momentos nas formulações de Marx e Engels que constituem uma teoria das classes como um dos eixos basilares da explicação sobre o capitalismo. Num primeiro

¹ É comum entre comentaristas e estudiosos da obra marxiana essa afirmação, referindo-se aos escritos incompletos de *O Capital*, em cujo plano constava à proposta desenvolver a discussão sobre classes sociais, o que não foi realizado por Marx.

momento, os autores tratam da gênese e formação das classes na sociedade capitalista, analisando quando e como as classes se fizeram e, portanto, como se estrutura a sociedade baseada na exploração do trabalho e na sua apropriação privada. São especialmente nas obras *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (ENGELS, 2008), *O Capital* (livro I, volume I e volume II, cap. XXIV) (MARX, 2001), o *Manifesto comunista* (MARX; ENGELS, 2001) e *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2007) que se encontram as principais teses sobre o capitalismo como uma sociedade de classes na sua origem e constituição.

Em cada uma destas obras, mesmo que com objetos diversos e diferentes níveis de teorização, os autores demarcam condições históricas específicas e concretas em que “as classes se fazem” ou, ainda mais precisamente, “a classe se faz”, conforme afirma Thompson (1987). Isto porque, na essência, classe é uma relação social estabelecida entre os homens através das formas de produção e apropriação do trabalho que, particularmente a partir da Revolução Industrial, tomou forma específica. Nela, a subsunção do trabalho ao capital se completa graças ao desenvolvimento das forças produtivas, as inovações tecnológicas (introdução da maquinaria na fábrica) e o trabalhador coletivo agora sob um controle mais eficiente, que busca permanentemente anular a sua subjetividade e, portanto, as suas individualidades, já que o trabalho do homem, da mulher e da criança é utilizado como força de trabalho disponível; a única diferença para o capitalista é qual terá um valor de troca menor para ampliar a extração da mais-valia.

A relação social constituída pela apropriação do trabalho de uns por outros, através da divisão do trabalho e da propriedade privada, é uma relação de dominação, em que dominantes e dominados vivem um processo de constante enfrentamento, num “medir forças”, cujas expressões e formas podem ser as mais diversas: no processo de trabalho, nas relações familiares, nas condições de moradia, de educação etc. Assim também os níveis de luta podem ser individuais e/ou coletivos, mais ou menos organizados, mais ou menos provisórios, mais ou menos estabelecidos, pois são as condições históricas das relações de forças entre as classes que podem definir as expressões e as formas de luta. É disso que trata o que denominamos de segundo momento ou recorte analítico das obras de Marx e Engels. Isto é, as análises que buscam identificar e compreender, ao longo das diferentes conjunturas históricas, quais são as (novas) configurações das classes, através das lutas e enfrentamentos, quais elementos estavam e permanecem desde a gênese e quais são acrescentados a partir da experiência das lutas de classes, do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e dos processos estritamente políticos expressos nas formas de organização do Estado, dos partidos, dos sindicatos e dos movimentos sociais. É o que analisam as obras *Lutas de classes na França*, *Guerra civil na França*, *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte* (MARX, 1977) e o *Manifesto comunista* (MARX; ENGELS, 1977).

Ao se fazer essa classificação das obras selecionadas, agrupadas de acordo com o tipo de análise “ momento de gênese das classes e o estudo do seu desenvolvimento e as suas novas configurações “, não se pretende estabelecer nenhuma disjunção ou ruptura entre esses recortes analíticos, mas sim alertar sobre a sua interconexão e complementariedade. Além disso, apenas para efeito didático de exposição, afirmar que, assim como as classes se estruturam, o desenrolar da história cria novas conjunturas que modificam a sociedade capitalista, diferenciando-a do momento da sua origem, o que certamente reconfigura as classes sociais em seus embates, assim como em sua conformação interna.

Desta forma, a heterogeneidade ou a homogeneidade, a complexificação ou a simplificação das classes são processos históricos e como tais devem ser analisadas tomando por referência as realidades concretas, sobretudo as transformações que redefinem a condição de subordinação do trabalho ao capital e as decorrentes implicações na conformação de uma e outra classe.

Nessas obras selecionadas, há categorias teóricas que são fundamentais para a compreensão da constituição das classes sociais, como as noções de trabalho e de propriedade. Marx desvenda o mistério da sociedade produtora de mercadorias, na qual o trabalho alienado e o fetiche da mercadoria ocupam um lugar central para se compreender a essência do capital como relação social em contraposição à sua aparência coisificada ou corporificada na riqueza material. Se a força de trabalho se tornou uma mercadoria fundamental e indispensável para a existência do capital, ela mesma também é fetichizada, ou seja, aparece com vida própria independente do seu produtor, isto é, dos homens que a disponibilizam e a vendem no mercado de trabalho. Essa é uma condição social que está no cerne da alienação do trabalho: a separação do homem de sua própria atividade vital – o trabalho –, à medida que este é apropriado por outros homens, estabelecendo uma divisão social do trabalho que os subordina uns aos outros, levando à constituição de classes sociais distintas.

Na *Ideologia alemã*, Marx e Engels (2007), em várias passagens, explicitam o caráter relacional entre as classes e a relação entre indivíduo e classe no seu processo de formação:

[...] Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos singulares à divisão do trabalho e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho. De que modo essa subsunção dos indivíduos à classe transforma-se, ao mesmo tempo, numa subsunção a

toda forma de representações etc., já o indicamos várias vezes. [...] Essa subsunção dos indivíduos a determinadas classes não pode ser superada antes que se forme uma classe que já não tenha nenhum interesse particular de classe a impor à classe dominante. (MARX; ENGELS, 2007, p. 63).

Assim, vão construindo uma teoria das classes sociais, analisando o lugar e o papel do Estado e da Ideologia na constituição e desenvolvimento das lutas, conflitos, disputas e da concorrência entre as classes e intraclasses.

[...] é precisamente dessa contradição do interesse particular com o interesse coletivo que o interesse coletivo assume, como Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória, mas sempre fundada sobre a base real [realen] dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal, tais como os laços de sangue, a linguagem, a divisão do trabalho em escala ampliada e demais interesses – em especial, como desenvolveremos mais adiante, fundada sobre as classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que isolam em cada um desses aglomerados humanos e em meio aos quais há uma classe que domina todas as outras. Daí se segue que todas as lutas no interior do Estado, a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito de voto, etc, não são mais do que formas ilusórias – em geral, a forma ilusória da comunidade – nas quais são travadas as lutas reais entre diferentes classes [...]. (MARX; ENGELS, 2007, p. 37).

E prosseguem:

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As idéias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como idéias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as idéias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de idéias, que regulam a produção e a distribuição das idéias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas idéias são as idéias dominantes da época. [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

São três extratos que tratam com densidade as classes, em suas dimensões objetiva e subjetiva, econômica e política, como inseparáveis.

No que se refere às condições históricas específicas para explicar as classes sociais no capitalismo, Marx e Engels, em seus diferentes escritos, assinalam a importância decisiva da Revolução Industrial como um processo de revolução social com o nascimento da fábrica, os avanços da industrialização e da urbanização e as lutas sindicais e operárias, assim como o papel do Estado burguês e a necessidade da ideologia no processo de dominação.

Retomam-se aqui algumas das principais formulações da obra de F. Engels (2008), *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*², porque as teses ali expostas respondem aos principais questionamentos à concepção marxiana de classes sociais. Ademais, é um estudo exemplar que articula concepções teóricas às realidades concretas, contribuindo para a compreensão da especificidade das classes no capitalismo industrial/moderno, para o entendimento da historicidade das classes e suas lutas, numa perspectiva de conexão dialética entre estrutura e conjuntura. Estão enunciados ou desenvolvidos nesta obra os principais elementos para se compreender o fazer-se das classes e seus condicionantes, sua constituição, seus aspectos de fraqueza e de força, bem como são anunciadas as principais tendências que o desenvolvimento dessa sociedade de classes poderia tomar.

A especificidade histórica do capitalismo em meados do século XIX na Inglaterra descrita por Engels (2008) é constituída pelos seguintes fatores: i) a centralidade da Revolução Industrial, que revolucionou as formas de produção e de vida, ressaltando as implicações da introdução da maquinaria nos processos de trabalho para a constituição de um operariado fabril específico e de uma grande massa de trabalhadores, que são uma força em potencial para o capitalista. A grande indústria e sua tendência centralizadora, a tecnologia como meio de controle e subordinação de uma classe à outra contribui decisivamente para compreender a gênese das classes (antes e depois das máquinas); ii) uma “moderna classe operária”, cujo coração se produziu nas fábricas e, com o desenvolvimento da industrialização, ampliou não somente o sistema fabril, mas mudou o perfil das cidades, que sofreram um rápido processo de urbanização. Ao mesmo tempo e como resultado dessa fase, nas regiões rurais se constituiu um proletariado rural subordinado aos grandes arrendatários; iii) no campo ou na cidade, a condição histórica é a mesma: trata-se de homens e mulheres, camponeses e artesãos, que perderam o controle sobre o seu trabalho a partir do momento em que foram expropriados de qualquer meio de produção, restando apenas a sua capacidade de trabalho que passa a ser vendida ao capitalista; iv) as condições de trabalho e de moradia expressam uma profunda miséria social decorrente da desigualdade e da concentração da propriedade, em que o poder público ou a atuação do Estado criminaliza e penaliza os pobres que

² Obra escrita entre 1844-1845 por F. Engels, então com 24 anos, através de uma ampla pesquisa empírica com observação participante e pesquisa documental na Inglaterra.

“não querem trabalhar”, em defesa dos interesses do capitalista. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são formados diretamente por membros da burguesia, que definem as leis, julgam os processos e agem politicamente para disciplinar a classe trabalhadora. Formas arcaicas de dominação que predominaram neste período foram cruciais para garantir o desenvolvimento de uma sociedade de classes sob a hegemonia do capitalismo industrial.

Para além dessas condições históricas específicas, Engels (2008) define teoricamente categorias que são essenciais para a compreensão do sistema capitalista e das classes sociais. Em primeiro lugar, a ideia *força*, que está presente nesta e em outras obras de Engels e Marx: a apropriação privada dos meios de produção. As relações sociais são constituídas pelas relações de propriedade, isto é, a classe proprietária existe em oposição e dependência da classe não proprietária e vice-versa. Ambas se constituem nesta relação. No capitalismo, a centralidade da propriedade privada, da relação de apropriação e de posse determina a existência de classes sociais: a dos produtores despossuídos – a classe trabalhadora – e a que detém o monopólio da propriedade – a burguesia. Entretanto, para tornar inteligível essa relação no plano da realidade concreta, Engels (2008) já enunciava que a todo modo de produção corresponde um modo de vida, por isso investiga para além da fábrica, analisando as condições de vida e de reprodução da força de trabalho (moradia, família, educação, religião etc.) – experiências que formam a classe operária e que são determinadas pelas formas de exploração do trabalho.

Em segundo lugar, Engels (2008) considera a concorrência como elemento-chave na determinação das relações entre classes e intraclasses. Uma força que explica as disputas pelo capital e também pelo trabalho e que tem um poder arrasador à medida que difunde o ódio, a guerra e a vingança nas disputas que são desencadeadas entre as classes e internamente a elas.

A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra, uma guerra pela vida, pela existência, por *tudo* e que, em caso de necessidade, pode ser uma guerra de morte, não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se lhes cruze o caminho e tente disputar seu lugar. Os operários concorrem entre si tal como os burgueses. [...] Essa concorrência entre os trabalhadores, no entanto, é o que existe de pior nas atuais condições de vida do proletariado: constitui a arma mais eficiente da burguesia em sua luta contra ele. Daí os esforços do proletariado para suprimir tal concorrência por meio da associação e daí o furor da burguesia contra essas associações e seu grande júbilo a cada derrota que consegue impor-lhes. (ENGELS, 2008, p. 117-118).

Em terceiro lugar, o caráter de classe do Estado expresso em todas as instituições que o compõem, e as contradições da burguesia frente à

regulação do trabalho, pois ao mesmo tempo que necessita do Estado para garantir o monopólio da propriedade, quer a liberdade de ação sem limites no uso da força de trabalho.

Em quarto lugar, a concepção de pobreza, cuja essência é gerada no campo da produção capitalista, a partir da propriedade privada, e não na distribuição da riqueza. Os diferentes níveis de pobreza e de riqueza é que estão relacionados à distribuição desigual da renda, mas a erradicação da pobreza impõe o fim da riqueza, ou, dito de outro modo, o fim das classes sociais, pois é a forma de propriedade que cria a desigualdade.

Em quinto lugar, a análise do assalariamento em suas diferentes formas empíricas (atrasadas e modernas) e a defesa de que a relação de assalariamento tenderia a se generalizar para toda a sociedade, entendida como proletarização, isto é, a venda forçada da força de trabalho por todos os trabalhadores de diferentes profissões e atividades.

A análise da progressiva expansão das relações de assalariamento dentro da classe trabalhadora significa a progressiva expansão das relações capitalistas de produção, sendo o salário e as formas como este ocorre um elemento utilizado na construção das classes sociais em sua obra. As formas de assalariamento mudam historicamente devido a dinâmica da luta de classes, e isto está bastante presente em toda obra, onde para cada fração dos trabalhadores é detalhado o valor pago, a forma de pagamento, outras formas de exploração como o do armazém, moradia e multas, o pagamento em gêneros, entre outros. Mas o capitalismo atua simultaneamente com as formas mais 'atrasadas' de salário (pagamento em gênero, trucksystem, etc...) e com as mais modernas (salário em espécie regulamento por legislação trabalhista). O fato de a forma salarial ser rudimentar não significa que a relação não seja capitalista, esta coexistência de assalariamentos distintos se da fundamentalmente pelo nível de luta dos trabalhadores, e não por qualquer tipo de dinâmica puxada pela burguesia. (BLEICHER et al., 2008, p. 14).

Por fim, talvez uma das mais importantes – e atuais – contribuições de Engels (2008) é a afirmação sobre a heterogeneidade da classe trabalhadora, composta por: operários fabris, desempregados, operários industriais sem direitos, com direitos, mulheres, crianças, estrangeiros, proletariado rural etc., cuja condição que unifica a todos é a de serem forçados a vender a força de trabalho para sobreviver. Uma heterogeneidade que não é considerada como elemento determinante de fragilização da classe, pois, para Engels (2008), a fragilidade da classe é oriunda da brutal concorrência entre os trabalhadores e da ausência de associações que possam aglutiná-los e organizá-los no embate com os capitalistas.³

³ Cabe destacar a observação de Engels (2008, p. 43) no prefácio de 15 de março de 1845: “[...] utilizei também constantemente como sinônimos as palavras: operários (working men), proletários, classe operária, classe não proprietária e proletariado.” Poderia se acrescentar o termo trabalhadores, também utilizado no texto.

O debate crítico atual: as novas formulações sobre a classe trabalhadora

Optou-se em discutir aqui as formulações que buscam uma redefinição para “classe trabalhadora”, tendo como referência a crise da “sociedade salarial” na Europa, atualizada pela crise mundial de 2008, que colocou a precarização do trabalho como central na atual dinâmica da acumulação flexível.

O fio condutor nessas análises toma como ponto de partida as condições históricas que redefinem as classes e suas lutas, após o esgotamento da experiência que a classe operária viveu nos principais países europeus e nos EUA, pós-crise de 1929, com a execução das políticas de bem-estar social e o “pacto fordista”. Neste, a regulação do Estado sobre os mercados conseguiu colocar limites importantes à exploração do trabalho, fruto das lutas operárias que garantiram direitos sociais e trabalhistas que se generalizaram como nunca na história. Uma conjuntura histórica em que os níveis de desemprego e de emprego precários eram muito baixos. Além disso, neste momento as grandes fábricas, a produção em massa, os processos taylorizados de organização do trabalho, os novos padrões de consumo de massa e as políticas sociais levaram a uma homogeneização da classe operária como nunca ocorrera.

Os processos de globalização, de reestruturação produtiva e de hegemonia neoliberal criaram outra realidade do trabalho e do emprego, originando os principais questionamentos sobre a classe trabalhadora e o processo de heterogeneização oriundo destas transformações.

Uma nova morfologia da classe trabalhadora

Para Ricardo Antunes (2008, p. 2 – grifos no original):

Contrariamente, entretanto, às teses que advogam o fim do trabalho, estamos desafiados a compreender o que venho denominando como a *nova polissemia* do trabalho, a sua *nova morfologia*, isto é, sua *forma de ser* (para pensarmos em termos ontológicos), cujo elemento mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo do capital nas últimas décadas. Nova morfologia que compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em processo de encolhimento, até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. Nova morfologia que pode presenciar, simultaneamente, a retração do operariado industrial de base tayloriano-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a lógica da flexibilidade-toyotizada, das trabalhadoras de *telemarketing* e *call center*, dos *motoboys* que morrem nas ruas e avenidas, dos digitalizadores que laboram (e se lesionam) nos bancos, dos assalariados do *fast food*, dos trabalhadores dos hipermercados etc.

Essa nova forma de ser da “classe-que-vive-do-trabalho”, expressão cunhada por Antunes (1999) para caracterizar essa nova heterogeneidade, busca atualizar o conceito marxiano, propondo uma noção ampliada de classe trabalhadora, que visa também responder criticamente às análises que concluem sobre a “perda da validade analítica da noção de classe” (ANTUNES, 1999, p.101).

Segundo Antunes (1999, p. 102 – grifos no original):

A classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx no capítulo VI, Inédito). Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. [...]

[...] Considerando, portanto, que todo *trabalhador produtivo* é assalariado e nem todo *trabalhador assalariado* é produtivo, uma noção contemporânea de *classe trabalhadora*, vista de modo ampliado, deve, em nosso entendimento, incorporar a *totalidade dos trabalhadores assalariados*.

Com o intuito de indicar a efetividade da classe trabalhadora, Antunes (1999, p. 103 – grifos no original) denomina os diferentes segmentos que a constituem – no âmbito da realidade empírica:

[...] além do proletariado industrial, dos assalariados do setor serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos Mc Donalds, *os trabalhadores hifenizados* de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores *assalariados* da chamada ‘economia informal’, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados [...].

É inegável a importância da contribuição teórica apresentada por Antunes (1999), especialmente no contexto de um debate sobre o fim do trabalho e o fim das classes, que teve seu auge, no caso do Brasil, nos anos 1990. Uma era de resultados danosos para os trabalhadores, que levou a uma posição defensiva e de subalternidade – de grande parte de suas organizações sindicais e políticas – aos ditames do empresariado brasileiro e internacional, bem como de seus representantes políticos, com a defesa da “única via” como alternativa à crise.

Além disso, Antunes (1999) ressalta uma maior complexidade, diversidade e heterogeneidade da classe trabalhadora, quando indica os diferentes “estatutos” e inserções dos trabalhadores, cujos vínculos com o trabalho, formais ou informais, definem condições e segmentos diferentes, fragmentados, fracionados e que concorrem entre si, dos mais qualificados e bem pagos aos mais precários e desempregados.

Dialogando com Antunes (1999), poderíamos ressaltar que essa complexidade e heterogeneidade da classe trabalhadora não é típica dessa realidade recente do capitalismo, pois tanto Marx como Engels, conforme referido anteriormente, afirmam sobre os diferentes agrupamentos que compõem a classe (operários fabris, desempregados, proletariado rural, operários industriais com direitos e sem direitos, dentre outros) no século XIX. Então, por que falar em “nova morfologia” da classe trabalhadora ou por uma “noção ampliada de classe trabalhadora” no capitalismo dos séculos XX e XXI? Afinal, o que mudou em relação ao período de gênese ou formação das classes? É o que se pretende indicar a seguir.

O debate sobre o precariado

As formulações recentes sobre esse novo momento do capitalismo enfatizam o surgimento de um “precariado”, denominação usada para se referir aos homens e mulheres que compõem a fração que mais cresce hoje na Europa e nos EUA – dos desempregados e do emprego/trabalho precário. Esse “precariado” pode ser compreendido como fração de classe, uma nova classe ou questiona a classe?

Robert Castel (1995), em sua obra clássica *As metamorfoses da questão social* – uma crônica do salário, publicada em 1995, na França, trata a crise da sociedade salarial e as metamorfoses sociais como decorrência da perda da condição salarial; quando os desempregados de longa duração, os temporários, intermitentes, estagiários, empregados por tempo determinado tornam-se a “nova” e hegemônica condição dos que vivem do trabalho. Formam uma massa de homens e mulheres não empregáveis, supérfluos ou aproveitados de forma precária, sem regularidade, sem segurança, pois não têm garantias de continuidade e de futuro. É essa condição o centro da “nova questão social”.

Em estudos posteriores, Castel (2010, p. 132 – tradução nossa) passa a usar o termo “precariado” e afirma que a precariedade se instala, deixando de ser provisória, conforme expõe:

[...] Se converte assim em uma condição de alguma maneira ‘normal’ da organização do trabalho, com suas características próprias e seu próprio regime de existência. Assim como se fala de ‘condição salarial’ (caracterizada pelo estatuto do emprego da sociedade salarial), teria que se falar de condição precária, [...]. Uma precariedade permanente que já não teria nada de excepcional ou de provisório. Poder-se-ia chamar ‘precariado’ a esta condição sob a qual a precariedade se converte em um regime próprio da organização do trabalho.

Ele se refere a uma “institucionalização da precarização”, conforme já observado por Appay e Thebaud-Mony (1997), acrescentando que

há uma nova condição dos trabalhadores: a “condição precária” em substituição à “condição salarial”, que deixou de ser predominante na França (CASTEL, 2010).

A precariedade e o precariado interrompem uma trajetória ascendente na distribuição mais igualitária da riqueza, com o desmonte do sistema de direitos trabalhistas e sociais, agravando e aprofundando a perda de posição da classe operária. Os efeitos são destruidores, pois quebram a homogeneidade intracategorias. Isso dificulta ou rompe as solidariedades entre os diferentes segmentos de assalariados, fragmentando a organização coletiva do trabalho e trincando a homogeneidade das condições vividas pelos trabalhadores.

Na condição precária, há um processo de individualização profundo que dissolve a capacidade de existir como coletivo. Sob a ameaça do desemprego e da precarização, os trabalhadores são forçados a serem flexíveis, adaptáveis, sendo obrigados a “entrar no jogo” do capitalismo flexível. Neste cenário, promove-se uma brutal concorrência entre “iguais”, ou seja, entre trabalhadores que disputam as mesmas posições de inserção no mercado de trabalho, quando são levados a adotar estratégias individuais e não mais coletivas para enfrentar essa disputa.

Entretanto, apesar de apontar a gravidade dessa nova condição do precariado que questiona a classe, Castel (2010) se reporta à história passada do trabalho, reconhecendo que, no começo da industrialização, existia uma condição de atomização do proletariado, a partir da qual a classe se constituiu como classe operária. Por isso, apesar de constatar nessa nova condição a fragmentação, a concorrência e a individualização que atravessam a classe trabalhadora, afirma:

Neste sentido, a classe operária, [...] ‘perdeu a partida’, em comparação com o que era e com o que representava fora dela, para ‘seus companheiros de estrada’, a esperança de uma organização alternativa da sociedade [...]. Não obstante, é uma situação perigosa e um pouco injusta, há que se estar de acordo que se a classe operária já não existe como classe no sentido que deu o marxismo, os elementos que a compunham não desapareceram, [...]. (CASTEL, 2010, p. 285).

São afirmações controversas e contraditórias, que dificultam concordar com a ideia de que o “precariado” questiona a noção de classe. É como se Castel (2010) não levasse até as últimas consequências a forte expressão que está no título do seu clássico livro – metamorfoses –, explicada como:

dialética do mesmo e do diferente: evidenciar as transformações históricas desse modelo, sublinhar o que suas principais cristalizações comportam, ao mesmo tempo, de novo e de permanente, ainda que sob formas que não as tornam imediatamente reconhecíveis. [...]. (CASTEL, 1998, p. 27).

Numa outra perspectiva, embora corroborando alguns elementos da análise de Castel (2010), Guy Standing (2013) defende a tese de que o precariado é uma nova “classe-em-formação” ou a “nova classe perigosa.” No sistema global do sec. XXI se constituiu uma “estrutura de classe global mais fragmentada”, que necessita de outra denominação que expresse as relações de classe na globalização, pois, para Standing (2013, p. 24), os termos “classe trabalhadora”, “trabalhadores” e “proletariado” “[...] hoje em dia são pouco mais como etiquetas evocativas”.

Ele identifica uma “pirâmide” dos grupos sociais, na qual no topo está a elite formada por cidadãos muito ricos que governam o universo; logo abaixo, os assalariados estáveis de tempo integral (nas grandes corporações e emprego público); ao lado dos assalariados, os *proficians*, que detêm habilidades específicas com altos rendimentos; abaixo destes, um número reduzido de trabalhadores manuais, da velha classe trabalhadora e, por fim, o precariado, “[...] franqueado por um exército de desempregados e um grupo separado de pessoas hostis socialmente desajustadas, vivendo à custa da escória da sociedade” (STANDING, 2013, p. 25). E assim o define:

O precariado tem características de classe. Consiste em pessoas que têm relações de confiança mínima com o capital e o Estado, o que as torna completamente diferentes do assalariado. E ela não tem nenhuma das relações de contrato social do proletariado, por meio das quais as garantias de trabalho são fornecidas em troca de subordinação e eventual lealdade, o acordo tácito que serve de base para os Estados de bem-estar social. Sem um poder de barganha baseado em relações de confiança e sem poder usufruir de garantias em troca de subordinação, o precariado é *sui generis* em termos de classe, [...]. (STANDING, 2013, p. 25).

Para demarcar quem constitui o precariado, Standing (2013) o limita àquelas pessoas que não têm as sete formas de garantia presentes no emprego tipicamente fordista, que ele chama de “cidadania industrial”. São elas: garantia de mercado de trabalho, garantia de vínculo empregatício, segurança no emprego, segurança no trabalho, garantia de reprodução de habilidade, segurança de renda e garantia de representação. Os que estão fora dessa condição, numa situação de instabilidade, irregularidade e insegurança permanentes em todos os níveis não conseguem se sentir parte de uma “comunidade trabalhista solidária”. Suas ações e atitudes tendem ao oportunismo, pois não têm perspectiva de futuro, se movem no curtíssimo prazo, influenciados pelas novas tecnologias e mídias sociais, seu pensamento é rápido e curto e não há memória de longo prazo.

Standing (2013) reconhece a heterogeneidade do precariado e destaca que atualmente é constituído em sua maioria por jovens, além de migrantes e velhos sem oportunidades de emprego. No entanto, todos têm um sentimento comum em relação à utilidade do trabalho para sobreviver, aceitando “o que vier” e a insegurança.

No campo da subjetividade, o precariado sofre de “raiva, anomia, ansiedade e alienação”, condições que se retroalimentam, determinadas pela insegurança crônica (STANDING, 2013, p.41). Esta leva ao desespero e a uma certa banalização do insucesso na vida profissional, assumindo a condenação de incompetentes e preguiçosos por amplos segmentos da sociedade, ao mesmo tempo em que têm medo e raiva, que são reprimidos ou se expressam de forma passiva. Nessa situação de “incerteza crônica”, não conseguem criar vínculos nem formas de solidariedade, não se identificam uns com os outros, pois são “[...] uma crescente massa de pessoas [...] em situações que só podem ser descritas como alienadas, anômicas, ansiosas e propensas à raiva. O sinal de advertência é o descompromisso político” (STANDING, 2013, p. 47).

Ainda segundo Standing (2013, p. 48), constituem uma “classe perigosa”:

‘o precariado não é uma classe organizada que busca ativamente seus interesses, em parte porque está em guerra consigo mesmo.’ [...] As tensões dentro do precariado estão colocando as pessoas umas contra as outras, impedindo-as de reconhecer que a estrutura social e econômica está produzindo seu conjunto de vulnerabilidades. Muitos serão atraídos por políticas populistas e mensagens neofascistas, um desenvolvimento que já é claramente visível através da Europa e dos EUA e em outros lugares. É por isso que o precariado é a classe perigosa, e é por isso que ‘uma política de paraíso’ é necessária para responder aos seus medos, inseguranças e aspirações.

Resumidamente, as formulações de Castel (2010) e Standing (2013) sobre classe social e precariado aqui sintetizadas precisam ser problematizadas à luz da teoria das classes sociais no campo marxista, à medida que eles se reivindicam desta concepção de classe ao mesmo tempo em que a negam. Ademais, caberia perguntar se as transformações a que ambos estão se referindo para explicar o surgimento do precariado, oriundo do esgotamento da “condição salarial” ou da “cidadania industrial” – ou seja, da experiência dos estados de bem-estar social “ também ocorreram nos países da periferia.

No caso do Brasil, escolheu-se inicialmente dialogar com duas formulações sobre precariado, porque são as que têm uma clara definição situadas no campo da teoria marxista das classes sociais e apresentam uma análise sobre a especificidade da realidade do trabalho no país, mesmo que inserida num contexto internacional. São as contribuições de Giovanni Alves e Ruy Braga.

A discussão trazida por Alves (2013a, p. 29) parte de uma concepção mais geral de “[...] precarização do trabalho como condição histórico-estrutural de desenvolvimento do próprio capitalismo global”. Essa condição é considerada como estrutural em resposta a uma crise de va-

lorização do capital, que visa aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, cujas contratendências foram a “globalização” como mundialização do capital, a reestruturação produtiva como precarização estrutural do trabalho e a financeirização da riqueza capitalista. Esse processo se abre em meados da década 1970 e se desenvolve até os dias atuais.

Para Alves (2013a, p. 36), essa crise também se estende à “[...] [de] formação do sujeito histórico de classe”, pois, no atual estágio do capitalismo global, denominado de manipulatório, num contexto de recrudescimento do fetichismo da mercadoria, há a “[...] universalização da condição de proletariedade”, compreendida como condição existencial de homens e mulheres que estão subsumidos ao metabolismo social estranhado e fetichizado do capital, elemento fundante do trabalho estranhado. Além disso, leva à “obstaculização efetiva da consciência de classe”. Essa condição de proletariedade é constituída

[...] pela classe dos trabalhadores assalariados empregados e desempregados subordinados às experiências vividas e percebidas de subalternidade, acaso e contingência, inseguranças e descontrolo existencial, incomunicabilidade e corrosão do caráter, deriva pessoal e sofrimento, risco e periculosidade, invisibilidade social e migrabilidade, experimentação e manipulação, prosaísmo e desencantamento. (ALVES, 2013a, p. 51).

Alves (2013a, 2013b) diferencia “condição de proletariedade” e classe social do proletariado. A primeira é uma categoria social que descreve a condição existencial dos indivíduos que estão subordinados ao modo de produção capitalista, enquanto que a “[...] ‘classe’ se refere ao sujeito histórico capaz de ação social e política, em si e para si (e para além de si), capaz de ‘negação da negação’ da alienação em suas múltiplas determinações” (ALVES, 2013a, p. 61). Essa última implica uma “densa articulação entre objetividade e subjetividade que não se reduz a meros ‘lugares’ determinados por ‘fatores’ econômicos, políticos ou ideológicos.” (ALVES, 2013a, p. 63).

É a partir da “condição de proletariedade” que Alves (2013a, 2013b) busca definir o que denomina como precariado: “como expressão social suprema do fenômeno do estranhamento” (ALVES, 2013a, p. 198) ou como “[...] ‘multidão’ da era do capitalismo pós-moderno que incomoda as classes dominantes do Primeiro Mundo”. Ele o descreve (ALVES, 2013a, p. 199):

camada de trabalhadores jovens-adultos altamente escolarizados, desempregados ou possuindo vínculos de trabalho precários. Ele se distingue de outras camadas sociais da ‘classe’ do proletariado como, por exemplo, a camada social dos trabalhadores ‘estáveis’, em sua maioria organizada em sindicato ou organizações profissionais e que tem acesso a benefícios e direitos trabalhistas, além de perspectiva de carreira profissional e consumo.

Essa descrição se assemelha à de Standing (2013), conforme já exposta anteriormente. Entretanto, Alves (2013a, p. 200) discorda que seja uma nova classe social, preferindo considerá-lo como uma camada do proletariado, constituída por “[...] jovens adultos na faixa etária dos 20-40 anos, altamente escolarizados e ‘pobres’ na acepção convencional, isto é, objetivamente inseridos em estatutos salariais precários”: são jovens adultos cultos e pobres. O que demarca essa nova camada social são “as relações de trabalho baseadas em contratos salariais precários [...]”. É o sociometabolismo do trabalho precário de cariz flexível que constitui a natureza da nova camada social do proletariado: o precariado” (ALVES, 2013a, p. 200).

Alves (2013a) considera que o surgimento do precariado é uma demonstração histórica da crise dessa ordem social burguesa sustentada no emprego, nos direitos sociais, na inclusão pelo consumo e no Estado social. O novo caráter da precarização do trabalho na contemporaneidade surge da “nova precariedade salarial vigente no capitalismo global”, já que essa precarização é um “movimento de desconstrução da relação salarial constituída no capitalismo do pós-guerra”, assim como pode ser compreendida como “desmonte das formas reguladas da força de trabalho como mercadoria” (ALVES, 2013a, p. 85). Para além destes aspectos, ele avança na sua concepção de precarização, quando não a limita ao “trabalho”, mas a estende ao “homem-que-trabalha”, que se desefetiva como ser genérico. Assim, considera que essa dupla precarização (do trabalho e do homem-que-trabalha) abre uma “[...] tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, crise de sociabilidade e crise de autor-referência pessoal” (ALVES, 2013a, p. 87).

No caso do Brasil, Alves (2013a, p.88) salienta que é a partir dos anos 1990 que se constitui um “novo e precário mundo do trabalho”, fruto da combinação de políticas neoliberais e da reestruturação produtiva, cuja centralidade é a “nova precariedade salarial”, como elemento que sintetiza as demais dimensões da precarização. Ademais, reflete as transformações no campo da tecnologia, dos novos métodos de gestão/organização do trabalho, dos coletivos geracionais híbridos e das novas relações flexíveis de trabalho, cujas expressões empíricas são a remuneração flexível, a jornada de trabalho flexível e os novos contratos flexíveis de trabalho. Em escritos mais recentes, afirma:

Temos utilizado os conceitos de precariado e ‘proletaróides’ para caracterizar camadas sociais da classe do proletariado, personagens sociais predominantes (embora não exclusivas), de manifestações sociais no Brasil do neodesenvolvimentismo. Por isso, intitulamos as manifestações de junho de 2013 como ‘a revolta do precariado’; e os ‘rolezinhos’ ocorridos em dezembro de 2013 e janeiro de 2014 como ‘a invasão dos proletaróides’. Na verdade, a utilização dos conceitos de precariado e ‘proletaróides’ visa caracterizar (e dar visibilidade) a novos personagens sociais que se constituíram na era do neodesenvolvimentismo e que explicitam

em si e para si contradições da ordem burguesa hipertardia no Brasil. (ALVES, 2014, p. 1).

Numa outra abordagem, encontram-se as contribuições de Ruy Braga (2012) sobre a concepção de precariado e a sua aplicação para a realidade brasileira. Também partem do debate internacional e das formulações que associam a nova realidade do trabalho e dos trabalhadores à crise do fordismo e dos estados de bem-estar social. Alerta, entretanto, que, no seu entendimento, a precariedade é “constitutiva da relação salarial” e, conseqüentemente, “[...] o precariado não deve ser interpretado como antípoda do salariado, seu ‘outro’ bastardo ou recalcado” (BRAGA, 2012, p. 17), como o fazem as análises de Castel (2010) e Standing (2013).

Braga (2012) retoma a formulação de Marx sobre a população trabalhadora excedente como necessária ao modo de produção capitalista, subdividida em flutuante, latente, estagnada e pauperizada. É com base nesta concepção que compreende o precariado como “proletariado precarizado”, ou o que Marx denominou de “superpopulação relativa”. Isto implica em conceber o precariado no “coração do próprio modo de produção capitalista e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista” (BRAGA, 2012, p. 18), além de afirmá-la como parte integrante da classe trabalhadora e considerá-la como uma “dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho” (BRAGA, 2012, p. 18).

Entretanto, este autor considera essencial definir os limites do precariado como um segmento diferenciado, que reúne a “[...] a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico”. (BRAGA, 2012, p. 19).

Para Braga (2012), diferentemente dos países capitalistas do centro, que vivem um processo de retrocesso na regulamentação do trabalho e dos direitos sociais, a precariedade nos países periféricos nunca deixou de ser a regra. Por isso, segundo o autor, sempre foi tema dos estudos da sociologia do trabalho no Brasil. Todavia, ele reconhece que há diferenças no proletariado objeto de análise no período de constituição do fordismo periférico e a atual precarização do trabalho decorrente do neoliberalismo.

Em sua análise, retoma a situação histórica, que caracterizou o fordismo periférico no Brasil, e a transição para um “pós-fordismo financeirizado”, que se firmou nos anos 2000, num período de transformismo político ou de “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2010). Nesse momento, “[...] parte dos de baixo dirige o Estado por intermédio do programa dos ‘de cima’” (BRAGA, 2012, p. 24), processo que se refere à hegemonia lulista.

Neste contexto político, Braga (2012) dialoga com distintas análises de autores brasileiros, a exemplo da denominação “subproletariado”, usada por André Singer (2009) para se referir aos trabalhadores em condições de subemprego, desqualificados, instáveis e muito pobres, sem condições de

engajamento nas lutas políticas dos sindicatos ou partidos, objeto de programas sociais nos governos Lula, como o Bolsa Família, que os integrou ao mercado do consumo; e da análise de Jessé Souza (2010), que denomina de “batalhadores brasileiros” um segmento de trabalhadores engendrado pelo pós-fordismo da acumulação financeira, que se submete à superexploração do trabalho para ascender a novos padrões de consumo e se sentiria apoiado pelas políticas públicas federais, sem se dispor a reagir politicamente, já que estariam imersos numa condição de precariedade à qual é difícil se contrapor.

Segundo Braga (2012), as diferenças na composição de cada um desses segmentos, baseadas em atributos ou categorias descritivas, são classificadas da seguinte forma: o “preariado” é formado pela população latente, população flutuante e população estagnada, com renda entre 1 e 2 salários mínimos, e tem capacidade de mobilização coletiva; o “subproletariado” (de Singer) contém a população latente, a estagnada, o pauperismo e o lumpenproletariado, tendo renda de 1 e 2 salários mínimos; e os “batalhadores” (SOUZA, 2010) são constituídos por microempresários, trabalhadores profissionais, população flutuante, latente e estagnada.

A abordagem de Braga (2012) se distancia dos demais, não só na composição descrita acima, mas porque desenvolve uma análise da “política do preariado” brasileiro em seu desenvolvimento histórico. Ou, o que chama de “classismo em estado prático”, “[...] como uma relação política baseada em interesses materiais enraizados na estrutura de classes, ainda que carente de recursos organizativos e políticos” (BRAGA, 2012, p. 37).

A análise deste autor retoma algumas das principais teses desenvolvidas sobre a classe trabalhadora brasileira, o fordismo periférico, o populismo, as lutas políticas e os sindicatos. Nessa reconstituição, através dos estudos sociológicos, Braga (2012) identifica, em cada momento histórico, as relações diversas entre os diferentes precariados (migrantes, metalúrgicos, pós-fordistas) e o Estado brasileiro, admitindo que houve “metamorfoses do preariado em condições sociais periféricas” (BRAGA, 2012, p. 88).

Não é pretensão da sistematização aqui apresentada reproduzir a totalidade e a riqueza da análise de Braga (2012). Entretanto, para os propósitos deste artigo, é importante explicitar o conceito de “preariado pós-fordista e periférico”, que está associado ao contexto da “empresa neoliberal”, em que

[...] os trabalhadores foram subsumidos a um regime de acumulação mundializado organizado em torno da dominância dos mercados financeiros [...]. A financeirização da gestão estimula a multiplicação das formas de contratação da força de trabalho, a terceirização, o aumento da rotatividade, o achatamento dos níveis hierárquicos, a administração por metas e a flexibilização da jornada de trabalho, em uma escala inédita se comparada ao regime de acumulação fordista. (BRAGA, 2012, p. 186-87).

Essa hegemonia financeira, além de expressar um enfraquecimento da posição coletiva dos trabalhadores, transferiu para eles uma parte considerável dos riscos da concorrência intercapitalista, reduzindo a sua capacidade de negociação coletiva.

Segundo Braga (2012), o setor de telemarketing é paradigmático dessas transformações, pois se utiliza de um precariado jovem e se situa na conjunção da terceirização, privatização neoliberal e financeirização do trabalho.

Os resultados de uma etnografia dos trabalhadores de telemarketing são fortes indicadores desse novo segmento da classe trabalhadora num contexto da hegemonia financeira que, a despeito de uma condição de “subalternidade angustiante”, do grau de flexibilidade, rotatividade, intensificação, baixos salários e adoecimento no trabalho, há manifestações através de greves e lutas que têm feito melhorar pontualmente as condições de trabalho e salariais e, ao mesmo tempo, lograr uma maior organização coletiva e sindical. Entretanto, Braga (2012) problematiza a ação da maioria dos dirigentes sindicais, que buscam articular os teleoperadores às políticas públicas do governo federal, como recurso para aliviar as tensões e conflitos gerados pelo “regime despótico infotaylorista”.

Considerações finais para se pensar as classes no Brasil

Em primeiro lugar, é preciso refletir sobre as consequências do processo de mundialização do capital nessa nova fase do capitalismo financeirizado, sobre o campo do trabalho, como fazem os autores acima referidos, que buscam responder se há uma recomposição da classe trabalhadora ou se novas classes estão surgindo.

Nos limites deste texto, enuncio aqui algo que vem me instigando a estudar essas transformações do trabalho e suas implicações para a concepção de classes sociais: se classe é uma relação social, como analisar as novas condições do trabalho hoje e de uma nova classe trabalhadora, ou de novos segmentos, ou até mesmo do “fim da classe operária”, sem levar em conta as outras classes sociais, mais especificamente a classe burguesa e suas distintas frações?

Nesta perspectiva, considero essencial discutir sobre esse novo padrão de acumulação que surge com a crise do fordismo. São momentos históricos e conjunturas distintas do mesmo e diferente capitalismo. O processo de internacionalização recente, ou do “novo imperialismo” (HARVEY, 2004), ao mesmo tempo que cria novos segmentos de trabalhadores e profissões (a exemplo dos callcenters, teletrabalho, dentre outros), reproduz o operário típico da Revolução Industrial. cujo exemplo mais convincente é a China hoje, que combina em seu desenvolvimento econômico as três revoluções tecnológicas ao mesmo tempo. Nos demais países, tanto do norte

como do sul, esse é um processo diferenciado, pois foi onde se consolidou o capitalismo, cujas fases históricas foram muito bem demarcadas, mesmo que com uma cronologia e conteúdos diferentes.

Nos chamados países da periferia, como o Brasil, o grau de complexidade e heterogeneidade é mais radical ainda, combinando trabalho rural e urbano, formas modernas e arcaicas de trabalho, nas quais a precarização e informalidade sempre tiveram um estatuto central e a “condição salarial” nem sequer se tornou estatisticamente majoritária. Seguindo Castel (2010), a noção de classe não poderia ser aplicada nos países latino-americanos, já que a “coletivização” das condições de trabalho não teria sido suficiente frente à heterogeneidade e ao grande exército de reserva, desde os primórdios do capitalismo no continente. Entretanto, a história das lutas operárias e dos movimentos sociais no campo e na cidade nestes países demonstrou a força das classes sociais, incluindo experiências revolucionárias, cujo maior destaque foi Cuba, mesmo que o operário fabril fosse minoritário ou quase inexistente nestes processos.

Mas, afinal, o que está mudando nesta era da dominância das finanças, considerando que é um processo mundial vivido por todos os países? A denominada “grande burguesia industrial” está hoje financeirizada, subordinada à hegemonia da lógica financeira. O mesmo se pode dizer dos grandes grupos do comércio. Tal processo diminuiu as contradições intraclasse e é difícil identificar as diferentes frações da burguesia. No fundamental são os mesmos atores, os mesmos capitalistas que ora defendem os interesses econômicos da indústria, do comércio, do agronegócios, a depender da conjuntura econômica. Entretanto, todas essas frações dependem e atuam através de negócios financeiros próprios, para além de uma relação com as tradicionais instituições bancárias que alimentam o mercado financeiro.

Nesta medida, observa-se um processo de homogeneização da classe dominante como nunca ocorreu na história que, para além da base material explicada pela financeirização que atinge todas as frações, conseguiu conquistar uma direção política e ideológica, com a hegemonia do neoliberalismo, como uma “nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2016). Em contrapartida, neste mesmo movimento, a classe trabalhadora sofreu o processo inverso, ou seja, uma profunda heterogeneização, alimentada por uma violenta concorrência que a enfraquece econômica e politicamente.

Na atual fase, a especulação financeira passou a ocupar um lugar central na dinâmica do capitalismo globalizado e, em decorrência, a tendência dos capitalistas é procurar se desvencilhar ao máximo do trabalho. Isso tem contribuído decisivamente para elevar o contingente do exército industrial de reserva, com o desemprego estrutural de longa duração, ao lado das inovações tecnológicas e organizacionais que passaram a ser comandadas pela mesma lógica da financeirização sustentada na fluidez,

flexibilidade, efemeridade, descartabilidade, curto prazo; valores que contaminaram todas as formas de trabalho e de emprego e que caracterizam a precarização social do trabalho hoje.

Neste contexto mundializado, pode-se afirmar que houve uma metamorfose das classes sociais, em que as relações de forças favoráveis à classe dominante têm se expressado numa intensa ofensiva contra a classe trabalhadora, impondo a retirada de direitos sociais e trabalhistas e criando uma enorme regressão social. Essa situação se radicaliza com a crise da democracia moderna, com a fragilidade das instituições de representação política e com a renúncia dos partidos de tradição operária a lutar contra esse estado de coisas, à medida que justificam o apoio às políticas de cunho neoliberal ou mesmo à reestruturação do trabalho como única alternativa à crise do padrão fordista de desenvolvimento.

Nessas circunstâncias, compreende-se que a precariedade sofreu mais uma grande metamorfose, como “dialética do mesmo e diferente” (CASTEL, 1998), tornando-se de outra natureza, tanto no Brasil como nos países do centro: deixou de ser “residual”, ou ainda reflexo do “atraso”, para se transformar no centro da dinâmica do capitalismo flexível, se constituindo num fenômeno mundial que passou de “condicionado a condicionante” (MATOS, 2010). A precarização – como processo, como movimento – se generalizou para todos os lugares (centro e periferia), para todos os setores (urbano e rural), para todas as atividades (indústria, serviços públicos e privados, comércio), para todos os segmentos de trabalhadores (mais qualificados, menos qualificados, jovens, velhos, homens, mulheres, negros, brancos, migrantes, nativos), mesmo que atingidos em graus diferentes por essa precarização.

Assim, os novos trabalhadores ou a nova morfologia da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que reafirma os principais condicionantes das relações sociais que engendraram as classes no capitalismo, conforme Marx e Engels, apresentam formas históricas novas e diferentes em sua reprodução, que podem ser sintetizadas nos seguintes aspectos:

i) a apropriação privada do trabalho e sua transformação em mercadoria, criando o assalariamento como a principal relação social nesta sociedade. Agora é elevada a um grau extremo de fetichização, pois as chamadas formas “atípicas” (sem contrato, autônomos, conta própria) passam a ser consideradas como fruto do empreendedorismo, de única responsabilidade do indivíduo que trabalha. Dessa forma, estaria se desfazendo a relação salarial, constituindo uma mudança estrutural para a análise das classes sociais. Na realidade, é a mesma relação social de assalariamento de forma disfarçada, em que o capital se oculta através da valoração ideológica do “empresário de si mesmo”, cujo resultado prático é o

não reconhecimento formal via regulamentação dos direitos sociais e trabalhistas desta relação salarial.

ii) o lugar da concorrência inter e intraclases, que na origem do capitalismo industrial já era um elemento-chave nas relações de classes, atualmente se potencializa, integrando cada vez mais um modo de vida social. Neste, o incentivo à competição passa a ser encarado como estratégia de sobrevivência não somente para o capital diante da globalização, mas sobretudo internamente aos trabalhadores, especialmente os jovens que disputam um mercado de trabalho cada vez mais reduzido em suas oportunidades de emprego, vivendo no desemprego ou em condições extremamente precárias de trabalho. Essa concorrência é dilaceradora, pois desestrutura os coletivos de trabalho e sobrepõe uma estratégia individual, minando a reunião e organização dos trabalhadores.

iii) o caráter de classe do Estado, que no capitalismo atual se evidencia de forma avassaladora. Expressa-se nas políticas macroeconômicas e sociais implementadas no quadro do neoliberalismo, com a desregulamentação dos mercados, especialmente o de trabalho, conferindo total liberdade ao capital, a exemplo da natureza das contrarreformas trabalhistas em curso no mundo. Além disso, também na atuação das instituições parlamentares e de justiça, que têm se pautado na defesa de interesses particulares das classes dominantes, a exemplo do caso brasileiro, cuja “Operação LavaJato” foi o instrumento de uma ofensiva de classe que desmontou a frágil democracia no país, constituindo um estado e um regime de exceção.

iv) a heterogeneidade na composição da classe trabalhadora, tão bem descrita por Engels (2008) para o caso da Inglaterra do século XIX, cuja descrição daquela época não é muito diferente da atualidade: operários fabris desempregados, operários industriais sem direitos, com direitos, mulheres, crianças, estrangeiros, proletariado rural etc. Entretanto, hoje é uma heterogeneidade reconfigurada. Isto porque no desenvolvimento histórico do capitalismo houve um processo de homogeneização da classe trabalhadora, com o avanço da industrialização no mundo e com a emergência do operário fordizado e taylorizado. Ao mesmo tempo, a experiência política e sindical do movimento operário conseguiu criar e amplificar as formas de organização, limitando a dispersão e a concorrência intraclasse, processo que foi interrompido no auge da “condição salarial” de que fala Castel (1995) e que se aprofundou com a reestruturação produtiva, com a globalização e a ideologia neoliberal sob a hegemonia das finanças.

Caracterizar como retrocesso social essa condição precária é correto à medida que a precarização social do trabalho desconstrói conquistas importantes dos trabalhadores: dos direitos sociais e trabalhistas aos direitos políticos alcançados na prática dos movimentos. Trata-se, portanto, de uma nova fase do capitalismo – mesmo e diferente –, assim como das “mesmas e diferentes – classes sociais.

Em síntese, a “condição operária”, a “condição salarial” e a “condição precária” não se superam nem se substituem umas às outras hoje no mundo, mas coexistem, redefinindo-se a composição de cada uma delas, assim como as relações entre elas. Muda-se a predominância de uma ou de outra e a hegemonia de cada uma delas, sem desfazer as classes, mas refazendo-as permanentemente. Poderia se afirmar que a “condição precária” ou a precarização é hegemônica hoje, atingindo o conjunto da classe trabalhadora, mesmo que de forma diferenciada.

No caso do Brasil, a precariedade estrutural do trabalho sofre metamorfoses, redefine a composição da classe trabalhadora brasileira, constituindo uma nova hierarquia de precarização e de diferenças no seu interior. Porém, não cria uma nova classe social ou um novo segmento de trabalhadores, que tem sido denominado como precariado. Tal definição ou denominação não é apropriada, pois corre o risco de carimbar determinados conjuntos de trabalhadores, separando-os dos demais, contribuindo para reforçar a divisão e a disputa intraclasse.

Reconhecer a existência de novos trabalhadores, novas profissões, novas formas de inserção no mercado de trabalho, novas subjetividades e novas práticas de luta e organização é fundamental, pois se trata de investigar as condições reais de existência da classe trabalhadora, buscando captar as metamorfoses, o movimento dialético das classes em luta no atual momento do capitalismo flexível e globalizado. Entretanto, para compreender essas reconfigurações das classes sociais no seu refazer-se é necessário ir além das descrições empíricas. Para tal, a teoria das classes sociais em Marx e Engels continua a ser uma referência central.

Referências

ALVES, G. *Dimensões da precarização do trabalho* – ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2013a.

_____. *O que é precariado*. 2013b. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/22/07/2013>>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. *Precariado e “proletaróides”* – Uma nota metodológica. 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Afinal, quem é a classe trabalhadora hoje? *Revista da RET – Rede de Estudos do Trabalho*, ano II, n. 3, 2008. Disponível em: <www.estudosdotrabalho.org>. Acesso em: 8 jan. 2009.

APPAY, R.; THÉBAUD-MONY, A. *Précarisation sociale, travail et santé*. Paris: IResco, 1997.

BLEICHER, L. et al. *Relatório do seminário A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. In: DISCIPLINA LEITURA ORIENTADA EM SOCIOLOGIA DO TRABALHO, Bahia, PPGCS/UFBA, 2008, [mimeo].

BRAGA, R. *A política do precariado* – do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.

_____. *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. *El ascenso de las incertidumbres* – trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Buenos Aires: Fonde de Cultura Económica, 2010.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*. Vol. III. São Paulo: Sociais, 1977a.

_____. A guerra civil na França. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*. Vol. I. São Paulo: Ed. Sociais, 1977b.

_____. As lutas de classe na França. MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*. Vol III. São Paulo: Sociais, 1977c.

_____. *O Capital*. Livro I, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

MARX, K. *O Capital*. Livro I, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

_____. *O Capital*. Livro III, vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. O manifesto comunista. In: _____. *Textos*. São Paulo: Sociais/Alfa-Omega, 1977.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, J. N. Precariado: de condicionado a condicionante político. *Le Monde Diplomatique*, abr. 2010.

OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo – reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros – nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STANDING, G. *O Precariado – a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DOI: 10.12957/rep.2018.36685

Recebido em 20 de maio de 2018.

Aprovado para publicação em 03 de junho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.